

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores da
Sociedade Operária Humanitária
Limeira – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade Sociedade Operária Humanitária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade Sociedade Operária Humanitária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou déficit líquido de R\$ 10.268.982,41 (dez milhões duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, naquela data, o seu passivo total excedia seu ativo total em R\$ 15.056.505,07 (quinze milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e sete centavos), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Líquido Negativo.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 8 às demonstrações contábeis, que informa sobre a consolidação de débitos pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 15, a Entidade possui débitos correspondentes a adiantamentos realizados pela Associação Padre Pio Planos de Saúde durante o exercício de 2022.

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Entidade Sociedade Operária Humanitária em 31 de dezembro de 2021 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 24 de maio de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de março de 2023.

AUDIOESP AUDITORIA
E CONSULTORIA S

S:52350063000171

AUDIOESP – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S.

CRC n.º 2SP013587/O-8

Ato Declaratório CVM n.º 8292/05

IBRACON Nacional n.º 161

Código CVM nº. 7218

Assinado de forma digital por
AUDIOESP AUDITORIA E
CONSULTORIA S
S:52350063000171
Dados: 2023.03.23 14:10:57 -03'00'

JAMIR TOMAZ

OLIVEIRA:720

14954887

JAMIR TOMAZ OLIVEIRA.

CRC n.º 1SP100506/O-8

CNAI n.º 1300

Assinado de forma digital
por JAMIR TOMAZ
OLIVEIRA:72014954887
Dados: 2023.03.23
14:11:20 -03'00'

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA

CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

BALANÇO PATRIMONIAL

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em Reais)

<u>A T I V O</u>		<u>2022</u>	<u>2021</u>
ATIVO CIRCULANTE		9.442.198	10.717.451
DISPONÍVEL	4	3.369.122	4.152.238
Caixas e Bancos		11.795	2.183
Aplicações Financeiras		3.357.327	4.150.055
REALIZÁVEL		6.073.076	6.565.214
Contas a Receber	5	4.502.343	3.588.498
Estoques	6	346.259	380.935
Titulos a Receber	7	1.950	1.950
Tributos a Recuperar	8	1.180.297	1.180.297
Adiantamentos	9	-	1.361.716
Demais Créditos de Curto Prazo	10	42.228	51.818
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.525.313	12.053.964
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		467.662	325.563
Depósitos Judiciais		104.015	91.515
Aplicações Financeiras		20.000	-
Demais Créditos Longo Prazo		334.384	234.048
Investimentos		9.263	-
ATIVO IMOBILIZADO	11	11.057.650	11.728.401
Imobilizado		22.165.765	22.344.287
(-) Depreciação Acumulada		(11.108.114)	(10.615.885)
TOTAL DO ATIVO		20.967.511	22.771.416

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

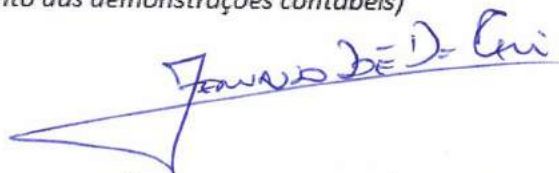


<u>P A S S I V O</u>		<u>2022</u>	<u>2021</u>
PASSIVO CIRCULANTE		17.412.362	15.481.320
PROVISÕES TÉCNICAS		1.197.417	1.105.190
Ressarcimento SUS	14	1.197.417	1.078.932
Rede Credenciada	15	-	26.259
EXÍGIVEL A CURTO PRAZO		16.214.945	14.376.130
Prestadores de Serviços	15	1.791.719	1.857.024
Obrigações Trabalhistas	13	3.125.348	3.088.059
Tributos a Pagar	16	6.843.545	7.996.681
Empréstimos e Financiamentos	17	1.239.487	485.013
Fornecedores	15	696.239	949.353
Demais Débitos a Pagar	15	2.518.607	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.611.654	12.077.618
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.611.654	12.077.618
Tributos a Pagar	16	10.236.149	7.484.539
Provisões para Contingências	18	762.510	456.976
Empréstimos e Financiamentos	17	3.580.365	674.276
Receitas Diferidas		4.032.629	3.461.828
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(15.056.505)	(4.787.523)
Patrimônio Social	19	661.261	661.261
Reservas Patrimoniais		245.903	245.903
Reservas de Reavaliação		3.606.273	3.877.131
Déficit Acumulado		(19.569.942)	(9.571.818)
TOTAL DO PASSIVO		20.967.511	22.771.416

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



César Luis Dermonde
Presidente
CPF.851.066.238-04



VISÃO ESCRITÓRIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando Jose De Carli
Contador CRC 1SP190414/O-7
CPF 185.215.378-40

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA

CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

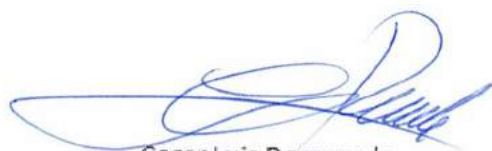
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

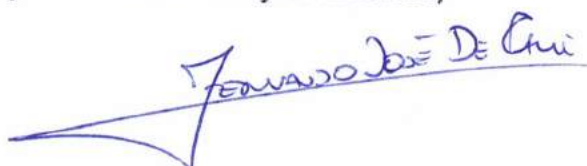
(em Reais)

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES	20	37.234.236	79.373.488
SUS		6.011.099	5.543.736
Receita com Convenios - Credenciados		2.199.034	1.904.678
Receita com Serviços - Particular e Outros		328.680	23.450
Subvenções, Convênios e Auxílios		28.695.422	71.901.624
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E DOACOES	20	1.420.655	1.163.009
Doações (Espécie/Material)		180.810	260.308
Outras Receitas Operacionais		381.135	260.962
Receitas Patrimoniais		858.710	641.739
(-) CUSTO DO SERVIÇO HOSPITALAR		(22.992.517)	(41.505.110)
Honorários Médicos		(17.961.535)	(35.299.026)
Serviços de Terceiros		(262.938)	(339.758)
Materiais e Medicamentos		(4.768.044)	(5.866.325)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(23.712.337)	(33.215.376)
Pessoal - Administrativo e Apoio		(19.235.291)	(29.234.524)
Serviços de Terceiros PJ/PF		(1.116.783)	(500.666)
Despesas Gerais		(1.390.483)	(1.672.332)
Depreciação		(1.223.138)	(1.201.895)
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Demais		(746.642)	(605.961)
(+/-) DESPESAS / RECEITAS FINANCEIRAS		(2.219.019)	(1.035.165)
Receitas Financeiras		547.328	210.516
Despesas Financeiras		(2.766.347)	(1.245.681)
(=) SUPERAVIT / DÉFICIT LÍQUIDO		(10.268.982)	4.780.845

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Cesar Luis Dermonde
Presidente
CPF.851.066.238-04



VISÃO ESCRITORIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando Jose De Carli
Contador CRC 1SP190414/O-7
CPF 185.215.378-40



INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social em 21-1-53 sob nº 4.302 e no Serviço
Do Estado de São Paulo em 23 de agosto de 1952, sob nº 957.
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 197, 7 de junho de 1951.
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 8.755, de 12 de junho de 1965.
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Federal nº 64.127/73, de 24 de julho de 198

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA

CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em Reais)

HISTÓRICO	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	TOTAL
SALDO EM 31.12.20	661.261	245.903	4.147.989	(14.623.521)	(9.568.368)
Reserva de Reavaliação - Realização :			(270.858)	270.858	-
Déficit Líquido do Exercício				4.780.845	4.780.845
Ajuste de exercícios anteriores:					
SALDO EM 31.12.21	661.261	245.903	3.877.131	(9.571.818)	(4.787.523)
Reserva de Reavaliação - Realização :			(270.858)	270.858	-
Déficit Líquido do Exercício				(10.268.982)	(10.268.982)
Ajuste de exercícios anteriores:					
SALDO EM 31.12.22	661.261	245.903	3.606.273	(19.569.942)	(15.056.505)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Cesar Luis Dermonde

Presidente

CPF.851.066.238-04

VISÃO ESCRITÓRIO CONTÁBIL SS LTDA

CNPJ: 09.559.292/0001-71

Fernando Jose De Carli

Contador CRC 1SP190414/O-7

CPF 185.215.378-40

Rua Antônia Valverde Cruaães, 70 - Fone PABX (19) 3446-7700- Limeira- SP
E-mail: humanitaria@humanitaria.com.br

SOCIEDADE OPERÁRIA HUMANITÁRIA

CNPJ n.º 51.469.187/0001-08

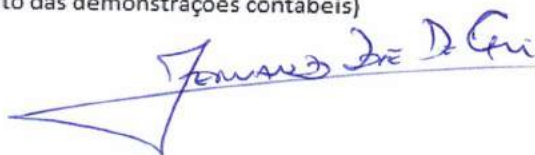
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2.022	2.021
Resultado Líquido do Período	(10.268.982)	4.780.845
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.223.138	1.201.895
Resultado Líquido do Período Ajustado	(9.045.845)	5.982.740
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais		
Contas a Receber	(913.845)	(1.235.452)
Estoques	34.676	(106.045)
Adiantamentos	1.361.716	(1.313.804)
Tributos a Recuperar	-	(1.135.881)
Demais Créditos Curto Prazo	9.590	(12.412)
Depósitos Judiciais	(12.500)	102.381
Aplicações Financeiras	(20.000)	-
Demais Créditos Longo Prazo	(100.336)	-
Ressarcimento SUS	118.486	97.874
Rede Credenciada	(26.259)	-
Prestadores de Serviços	(65.304)	(647.062)
Obrigações Trabalhistas	37.289	122.567
Tributos a Pagar	1.598.473	3.621.383
Fornecedores	(253.113)	33.814
Demais Débitos a Pagar	2.518.607	(1.052.210)
Provisões para Contingências	305.535	116.662
Receitas Diferidas	570.802	(207.768)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.163.816	(1.615.954)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(552.387)	(431.061)
Aumentos de investimentos não circulantes	(9.263)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(561.650)	(431.061)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Outros Pagamentos das Atividades de Investimentos	3.660.563	(849.920)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	3.660.563	(849.920)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(783.116)	3.085.805
Caixa e equivalentes no Início do Período	4.152.238	1.066.433
Caixa e equivalentes no Fim do Período	3.369.122	4.152.238
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(783.116)	3.085.805

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Cesar Luis Dermonde
Presidente
CPF.851.066.238-04



VISÃO ESCRITORIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando Jose De Carli
Contador CRC 1SP190414/O-7
CPF 185.215.378-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Reconhecimento de utilidade pública

A **Sociedade Operária Humanitária** é uma entidade civil com fins filantrópicos e assistenciais, fundada em 05 de janeiro de 1936, com sede e domicílio na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, à Rua Antônia Valverde Cruães, nº 70. Reconhecida pela utilidade pública desde o ano de 1970 pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão prestar assistência médico-hospitalar, assim como obter e manter meios e modos de assistência e beneficência que, a seu juízo, se enquadram nos fins da Entidade. As atividades abrangem inclusive o atendimento pelo Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalar e ambulatorial.

b. Administração

Conforme Estatuto Social, a entidade compõe-se de um número ilimitado de associados, distinguido em 03 (três) categorias, honorários ou beneméritos, contribuintes e voluntários. A diretoria é constituída por Presidente, Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros eleitos através de Assembleia Geral para um mandato de três anos.

c. Manutenção financeira

Os Recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da entidade são provenientes principalmente de:

- Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais por atendimento ao SUS;
- Contratos de prestação de serviços;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos de pessoas físicas e jurídicas; e
- Contribuição dos associados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações; da Resolução do CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07; da Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; do Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010; da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017; e dos Pronunciamentos Técnicos aplicáveis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Principais Práticas Contábeis adotadas são:

a. Apuração do Resultado

As receitas, custos, despesas e provisões foram contabilizadas pelo regime de competência.

b. Exigibilidade e Disponibilidade

Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão apresentados no circulante e após o término do exercício seguinte no não circulante.

c. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

d. Contas a Receber - Operadora

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde referem-se aos valores nominais a receber de associados, observando o critério de classificação do Plano de Contas.

e. Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado, e são compostos por: medicamentos, materiais hospitalares, materiais de escritório, gêneros alimentícios, rouparia, materiais de consumo descartáveis, materiais de informática e materiais de limpeza.

f. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e nível de conservação, fixadas por espécie de bens.

g. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "teste de recuperabilidade"

De acordo com a NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo em vista que considera que durante o exercício atual não havia evidências da existência de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

h. Passivo Circulante

As obrigações e encargos são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis das correspondentes atualizações.

i. Provisões Técnicas

No saldo do balanço relacionado as provisões técnicas restou apenas o "ressarcimento SUS" que esta contabilizado para fins de reconhecimento.

k. Provisão de Férias

A provisão para férias e encargos sociais correspondentes foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço.

j. Contribuição ao INSS e Impostos

Conforme legislação vigente, a Sociedade Operária Humanitária é classificada como entidade filantrópica sem fins lucrativos e, portanto, está isenta do pagamento da cota patronal ao INSS. É imune aos tributos federais, conforme o Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e demais legislações tributárias.

l. Provisão para Contingências

Determinada com base na classificação elaborada pelos Assessores Jurídicos da Entidade quanto às expectativas dos resultados dos processos ativos.

COMPARATIVO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021
4. DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	125	1.560
Banco Conta Movimento	11.670	623
Aplicações Financeiras	3.357.327	4.150.055
Total	3.369.122	4.152.238

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a Receber - SUS	422.133	395.212
Contas a Receber - Convênios	4.080.210	3.193.286
Total	4.502.343	3.588.498

6. ESTOQUES

Os estoques estão pelo custo médio, não superior ao valor das notas fiscais e estão compostos como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Material Hospitalar/Fios	146.736	96.541
Medicamentos	151.948	238.397
Rouparia	0	11.928
Almoxarifado	28.202	20.175
Gêneros Alimentícios	4.016	6.703
Material de Limpeza	15.358	7.192
Total	346.259	380.935

7. TÍTULOS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cheques a Receber	1.950	1.950
Total	1.950	1.950

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processo INSS - 352352124	44.416	44.416
Parcelamento INSS - 63.844.590-6	1.135.881	1.135.881
Total	1.180.297	1.180.297

O valor do processo de parcelamento nº 63.844.590-6 refere-se a duplicidades de valores consolidados pela RFB relacionados aos DEBCAD nº 17.559.383-3 e 17.677.932-9, onde a entidade aguarda revisão.

9. ADIANTAMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a Fornecedores	-	1.349.176
Demais Adiantamentos	-	12.540
Total	-	1.361.716

10. DEMAIS CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Alugueis a Receber	42.228	51.818
Total	42.228	51.818

11. IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original, total da depreciação e reavaliação das edificações.



CUSTO	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
EDÍFÍCIOS E TERRENOS	10.933.183	-	-	10.933.183
INSTALAÇÕES	137.438	-	-	137.438
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9.550.630	478.739	(722.671)	9.306.697
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	314.466	26.696	(8.238)	332.925
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	922.453	9.420	-	931.873
VEÍCULOS	237.680	-	-	237.680
DEMAIS BENS IMOBILIZADOS	248.437	37.532	-	285.969
TOTAL	22.344.287	552.387	(730.909)	22.165.765

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
EDÍFÍCIOS E TERRENOS	(4.563.482)	(430.198)	-	(4.993.680)
INSTALAÇÕES	(112.343)	(10.088)	-	(122.431)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(4.723.624)	(738.338)	722.671	(4.739.290)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	(291.597)	(5.991)	8.238	(289.349)
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	(687.160)	(38.524)	-	(725.684)
VEÍCULOS	(237.680)	-	-	(237.680)
DEMAIS BENS IMOBILIZADOS	-	-	-	-
TOTAL	(10.615.885)	(1.223.138)	730.909	(11.108.114)

TOTAL LÍQUIDO	11.728.401			11.057.650
----------------------	-------------------	--	--	-------------------

Em fevereiro de 2002, com base em laudo de reavaliação emitido por perito avaliador independente, houve reavaliação nas edificações da entidade em R\$ 6.921.440 crédito de reserva específica no Patrimônio Líquido. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Entidade decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação efetuada em 2002, onde está sendo realizado de acordo com a depreciação.

12. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUIDAS

A isenção das contribuições sociais e previdenciária usufruída pela Entidade em virtude da filantropia.

	2022	2021
Cota Patronal (INSS+SAT+Terceiros)	4.433.126	4.061.719
Isenção Cofins	1.117.027	2.381.205
Isenção Csl	-	450.864
Total	5.550.153	6.893.788

13. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As obrigações trabalhistas são referentes a salários, provisões de férias, saldos de decimo terceiro e férias a pagar e demais benefícios a seguir demonstrados:

	2022	2021
Salários a pagar	833.194	841.953
Férias a pagar	21.895	56.138
Pensão alimentícia	219	1.352
Rescisões a pagar	47.303	231.005
Provisão Férias	2.193.264	1.957.611



Processos Trabalhistas a pagar	29.474	0
Total	3.125.348	3.088.059

14. PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR PARA O SUS

Existem processos de cobrança perante a Agência Nacional de Saúde (ANS) referente ao Ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 1.197.417 (2021 – R\$ 1.078.932) o qual já se encontra devidamente contabilizado e classificadas da seguinte forma:

RESSARCIMENTO - SUS	<u>2022</u>	<u>2021</u>
%h x ABI	5.397	13.474
Débitos Pendentes	1.192.020	1.065.458
Total	1.197.417	1.078.932

15. CONTAS A PAGAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rede Contratada/Credenciada	0	26.259
Prestadores de Serviços	1.791.719	1.857.024
Fornecedores	696.239	949.353
Outros Débitos a Pagar	2.518.607	0
Total	5.006.565	2.832.635

O saldo dos "Outros Débitos a Pagar" refere-se a saldos a pagar da Associação Padre Pio.

16. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES, RETENÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

a) Tributos a pagar:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contribuição Previdenciária - INSS	405.687	688.872
Fundo de Garantia - FGTS	2.928.012	2.852.758
Contribuições Sindicais	36.233	56.870
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	418.460	950.908
Contribuição Social Retida Fonte - CSRF	410.116	1.111.661
ISS Imposto sobre Serviços Terceiros	6.941	901
Total	4.205.449	5.661.971

b) Tributos Parcelados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos Parcelados - INSS	7.564.953	5.116.200
Tributos Parcelados - FGTS	1.252.995	985.864
Tributos Parcelados - IRRF	2.008.094	1.634.703
Tributos Parcelados - CSRF	2.048.202	2.082.483
Total	12.874.245	9.819.250

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos Parcelados - Curto Prazo	2.638.096	2.334.710
Tributos Parcelados - Longo Prazo	10.236.149	7.484.539
Total	12.874.245	9.819.250

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos bancários são constituídos por valores tomados junto às Instituições Financeiras e estão reconhecidos pelos valores originais da dívida, deduzidos das respectivas amortizações até a data do balanço, conforme demonstração dos saldos de curto e longo prazo abaixo:

	<u>Término</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Santander – juros 0,95%	mar/24	1.227.381	1.309.284
Caixa Ec. Federal - juros 1,138%	abr/27	4.803.496	11.199
Outros Empréstimos	-	58.356	-
(-) Juros s/ parcelas a vencer	-	(1.269.380)	(161.194)
Total		4.819.852	1.159.289

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis, e pela Deliberação CVM nº 594/09. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da Entidade e movidos por terceiros, mediante ações trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas contingências foram avaliadas por nosso Departamento Jurídico e quantificadas por meio de critérios que permitiram a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As contingências são classificadas da seguinte forma, tendo como base a derrota da Entidade: a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; b) possíveis, onde somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Todos os processos classificados como provável estão devidamente provisionados ou já foram realizados depósitos judiciais ou penhora em importe que alcança a totalidade do débito estimado.

Conforme informações de nossos advogados existem diversos processos judiciais, trabalhistas e cíveis cujo valor inicial perfaz o montante de R\$ 3.501.513 e estão classificadas da seguinte forma:

<u>Trabalhista/Cível</u>	<u>R\$</u>	<u>Provisão R\$</u>
Provável	762.510	762.510
Possível	2.739.002	-
Total	3.501.513	762.510

19. PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio inicial, acrescido dos *Superávits* ou reduzido pelos *Déficits*, *Reservas* e ajustes ocorridos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Patrimônio Social	661.261	661.261
Outras Reservas Capital/Patrim.	245.903	245.903
Reserva de Reavaliação	3.606.273	3.877.131
<i>Superávits/Déficits</i> Acumulado	(19.569.942)	(9.571.818)
Total do Patrimônio Social	(15.056.505)	(4.787.523)

20. RECEITAS

As Receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis. Segue o demonstrativo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUS	6.011.099	5.543.736
Receita com Convênios - Credenciados	2.199.034	1.904.678
Receita com Serviços - Particular e Outros	328.680	23.450
Subvenções, Convênios e Auxílios	28.695.422	71.901.624
Doações (Espécie/Material)	180.810	260.308
Outras Receitas Operacionais	381.135	260.962
Receitas Patrimoniais	858.710	641.739
Receitas Financeiras	547.328	210.516
	39.202.219	80.747.013

a) SUBVENÇÕES, CONVÊNIOS E AUXÍLIOS

Subvenções: São as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas assim como para investimentos ao patrimônio, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens de serviço da beneficiária dos recursos.

Convênios: Acordos firmados entre organizações públicas ou entre estas e instituições privadas sem fins lucrativos para a realização de objetivos de mútuo interesse entre as partes.

Auxílios: Transferências de capital previstos em lei orçamentária ou especial, repassados a entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

A Entidade recebeu recursos do Poder Público para fazer face manutenção de suas atividades, bem como para ampliação de seus ativos, tendo sido o total recebido integralmente aplicado nas mesmas.

Prefeitura Municipal de Limeira	<u>2022</u>
P.M. LIMEIRA - OFTALMO/OTORRINO	586.697
P.M.LIMEIRA P.A AEROPORTO	4.012.788
P.M.LIMEIRA P.A CENTRO INFANTIL	1.112.507
P.M.LIMEIRA P.A EXTERNO PH	3.868.520
P.M.LIMEIRA P.A HUMANITARIA	3.303.664
P.M.LIMEIRA P.A PSIQUIATRICO	1.669.495
P.M.LIMEIRA P.A TERMO ADITIVO GO/OBST	4.053.227
P.M.LIMEIRA P.A EXTERNO UPA ABILIO PEDRO	7.237.669
COVID-19	480.000
CTSRAG - PREFEITURA MUNICIPAL LIMEIRA	2.370.854
Total	28.695.422

21. DESPESAS

As despesas da Entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

22. ENFRENTAMENTO COVID

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. A entidade alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, adotou medidas rigorosas como higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), testagem de casos suspeitos e medição de temperatura corporal.

Adicionalmente a Entidade investiu na estrutura hospitalar para atendimento, adaptando leitos exclusivos para enfermaria e UTI destinados aos pacientes com a COVID-19, conjuntamente com a disponibilização de equipes para os atendimentos.

23. AJUSTE A VALOR PRESENTE

A Entidade não adotou a apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo relacionados às operações específicas de saúde suplementar. Nos demais elementos, desde que

considerados pertinentes e relevantes pela Administração, a mensuração contábil a valor presente foi realizada.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento, até a presente data, qualquer evento subsequente que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Entidade no próximo exercício.

Limeira, 31 de dezembro de 2022.



Cesar Luis Dermonde
Presidente
CPF.851.066.238-04



VISÃO ESCRITORIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando Jose De Carli
Contador CRC 1SP190414/O-7
CPF 185.215.378-40